



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1092/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2155/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado de Representação do Governo em Brasília.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Mario Manoel Coelho de Mello, Secretário de Estado de Representação do Governo em Brasília.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Analítico Conclusivo nº 15/2014 (fls. 160/167).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2029/2014-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 169/178).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas. Secretaria de Estado de Representação do Governo em Brasília. Exercício 2012.

Contas Regulares com Ressalvas. Determinação ao Escritório de Representação do Governo em Brasília.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regulares com ressalvas as Contas do Escritório de Representação do Governo em Brasília, referente ao exercício de 2012, tendo como responsável o Sr. Mário Manoel Coelho de Mello, Representante do Governo em Brasília, nos termos do art. 22, II, c/c o art. 24, ambos da Lei n.º 2.423/96 e art. 5º, II, da Resolução TCE/AM nº 04/02;

9.2- Recomendar ao Escritório de Representação do Governo em Brasília, sob pena de aplicação de multa em caso de reincidência nos mesmos atos, que:

a) observe os prazos para o envio dos balancetes mensais, via ACP, a fim de evitar atrasos e a punição deles decorrentes;

b) atente à devida alimentação de todos os dados contábeis no sistema ACP;

c) regularize o seu quadro de pessoal, mediante as providências, junto ao Governo do Estado, para a realização de concurso público, em cumprimento ao art. 37, II, da CF/88;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1092/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

d) atente à exigência da assinatura do contador, inscrito no CRC, nas peças contábeis, nos termos da art. 20, §2º, da Resolução n.º 1.370/2011, do CFC, a fim de que as mesmas sejam validadas e, conseqüentemente, para evitar riscos ao patrimônio público;

e) observe com mais rigor os ditames do inciso III, do art.10, da Lei Orgânica desta Corte de Contas (Lei nº 2.423/96), no sentido de apresentar o Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno quando do envio da Prestação de Contas;

f) observe a regra da obrigatoriedade de realização do devido processo licitatório, quando da contratação de obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, nos termos do art. 2º, da Lei n.º 8.666/93, atentando para as hipóteses dos arts. 24 e 25, da Lei n.º 8.666/93, nos casos de dispensa ou inexistência de licitação.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julião Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral